View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk

brought to you by CORE

provided by Cadernos Espinosanos (E-Journal)



Intelligere, Revista de História Intelectual
vol. 1, nº 1, dez.2015

ARTIGOS - ARTICLES

Inferência abdutiva e historiografia: uma conversa para historiadores e filósofos

Phillip Honenberger
Department of Philosophy and Religion Studies
Rowan University
honenberger@rowan.edu

Allan Megill
Corcoran Department of History
University of Virginia
megill@virginia.edu

Com a contribuição de Jesse Dukes, Justin Reich, John Norman, Steven M. Shepard e Hillary J. Bracken

tradução de Viviane Venancio Moreira

Como citar este artigo: Honenberger, Phillip, e Megill, Allan. "Inferência abdutiva e historiografia: uma conversa para historiadores e filósofos". Traduzido por Viviane Venancio Moreira. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 58-81. 2015. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: o artigo toma a forma de uma conversa entre estudantes em um seminário de filosofia da história. O tópico do dia é abdução, uma forma de inferência identificada pela primeira vez por Charles S. Peirce, que a comparou e contrastou à dedução e indução. Após o professor introduzir o tópico e um aluno resumir a visão do próprio Peirce acerca da inferência abdutiva, os alunos se revezam propondo modelos de inferência abdutiva e oferecendo observações sobre a possível adequação destes modelos como descrições de ou guias para uma investigação ou explicação histórica. Um aluno propõe que a diferença da abdução, contrastando com a dedução e indução é apenas que a abdução infere que a conclusão é *possível* ao invés de necessária (*dedução*) ou *provável* (indução). Alguns alunos oferecem objeções a esta caracterização e a discussão então se move na direção de uma série de outras propostas para compreender a própria abdução, assim como a distinção entre particularidade e generalidade histórica, o caráter da explicação histórica e a função da evidência na avaliação das teses históricas.

Palavras-chave: abdução, inferência abdutiva, Charles S. Peirce, lógica, probabilidade, explicação.

Abductive inference and historiography: a conversation for historians and philosophers

Abstract: the article takes the form of a conversation between students in a philosophy seminar of history. The topic of the day is abduction, a form of inference first identified by Charles S. Peirce, that compared and contrasted the deduction and induction. After the teacher introduce the topic and a student summarize the own Peirce' vision about the abductive inference, students take turns proposing abductive inference models and offering observations on the possible suitability of these models as descriptions or guides for an investigation or historical explanation. A student proposes that the difference of abduction, contrasting with the deduction and induction is just that abduction infers that the conclusion is possible rather than required (deduction) or probable (induction). Some students offer objections to this characterization and discussion then moves towards a number of other proposals to understand the very abduction, as well as the distinction between particularity and historical whole, the character of the historical explanation and evidence of the role in the evaluation of historical theses.

Keywords: abduction, abductive inference, Charles S. Peirce, logic, probability, explanation.

Nota Introdutória

Este capítulo é apresentado na forma de uma discussão entre participantes em um seminário de História da Filosofia. O tópico do dia é o raciocínio abdutivo. O termo "abdução" foi cunhado pelo filósofo americano Charles S. Peirce para significar a forma de raciocínio envolvido na elaboração de uma hipótese. Peirce argumentou que em adição às formas tradicionalmente reconhecidas de dedução e indução, a abdução é uma parte necessária do raciocínio filosófico, científico e histórico. Desde que Peirce introduziu o termo, acadêmicos de uma variedade de disciplinas – notadamente Umberto Eco e Paul Thagard – exploraram o conceito de abdução. O diálogo a seguir tenta articular as formas pelas quais o raciocínio abdutivo pode ou não se aplicar aos problemas teóricos enfrentados pelos historiadores contemporâneos.

Agradecimentos a Jesse Dukes, Justin Reich, John Norman, Steven M. Shepard, e Hillary J. Bracken pelo material bruto a partir do qual este diálogo foi composto. As declarações feitas foram modificadas e não refletem necessariamente as opiniões de seus autores com completa exatidão, nem suas opiniões atuais e ponderadas. No entanto, quando uma ideia foi originalmente sugerida a nós pelo comentário de um participante, nós introduzimos aquela ideia através dos comentários daquela pessoa no diálogo. A discussão principal ocorreu num período de várias semanas no semestre da primavera de 1999, parte numa sala de seminário e outra através de troca de e-mails. Diferentes participantes naquela discussão se revezaram como tomadores de notas. PH e AM discutiram o tópico na primavera de 2004 e em várias ocasiões subsequentes, algumas vezes entrando em "diálogo" com os participantes do seminário de 1999, como representado no *Protocolo* do seminário (os próprios participantes estavam na época bastante dispersos). AM e PH dão crédito pela originalidade onde ele é devido e tomam responsabilidade por quaisquer erros.

PH, AM.

Allan: Vocês irão se lembrar de discussões prévias nesta aula sobre a evidência de DNA que foi publicada no último outono mostrando que uma das crianças da escrava de Thomas Jefferson, Sally Hemings, era filha de alguém da linhagem dos Jefferson.[1] Quase que imediatamente à tomada de conhecimento deste novo desenvolvimento pelos historiadores especializados em escravidão americana e na Primeira República, vários deles organizaram um congresso para examinar aqueles resultados e suas implicações. Eu frequentei o plenário do congresso nesta última manhã de domingo.[2] A discussão suscitou alguns assuntos teóricos interessantes. Detectei no ar uma forte baforada de preocupação do tipo "história pública" – uma preocupação de que a história deve tentar ser boa e útil para nós, agora. Em princípio, não tenho objeções a pessoas pensarem desta forma. Afinal, a escravidão e seu legado continuam assunto vivo na comunidade da Virgínia. O que é perturbador para mim não é a preocupação "presentista" – afinal, queira ou não nos aproximamos da história através de uma ou outra perspectiva do presente – mas sim minha impressão de que em alguns casos o relato do passado acaba distorcido na base da concepção do que é bom para nós, agora. Na questão Jefferson-Heming, "bom para nós agora" poderia ser, num extremo, uma história edificante

[1] Eugene A. Foster, M. A. Jobling & P. G. Taylor, "Jefferson Fathered Slave's Last Child", *Nature*, 5 de novembro de 1998; Nicholas Wade, "Taking New Measurements for Jefferson's Pedestal", *New York Times*, 7 de março de 1999.

[2] O congresso aconteceu em 5-6 de março na Universidade da Virgínia. Os artigos da conferência foram reunidos em Jan Ellen Lewis & Peter Onuf (eds.), *Sally Hemings and Thomas Jefferson: History, Memory, and Civic Culture* (Charlottesville, Virginia: University of Virginia Press, 1999).

sobre uma mistura amável e terna das fronteiras raciais numa situação onde menos poderíamos imaginar, ou, no outro extremo, um conto de precaução sobre um Pai de nossa Pátria que era um estuprador. Até onde consigo ver, nenhuma das histórias tem suporte de evidências adequado. Talvez seja significativo que estas possibilidades tenham sido levantadas num contexto de uma pergunta da audiência: "O que devemos dizer aos alunos do ensino fundamental sobre Jefferson e Sally Hemings?"

Mas mesmo antes daquele momento no evento, um palestrante sugeriu – ao menos se ouvi corretamente e depois me lembrei corretamente de suas palavras – que as práticas opressivas de outros donos de escravos no séculos XVIII e começo do XIX constituíam forte evidência em relação ao caso Jefferson. Mas na ausência de evidência *específica* do caso Jefferson, isto é simplesmente errado: mesmo que todos os outros donos de escravos na Virgínia tivessem mantido sexo forçado com escravas em suas **plantations**, isto não estabelece que Jefferson estuprou Sally Hemings. No máximo, tal evidência, a qual podemos pensar como *analógica* em caráter[3] leva-nos a cogitar a *possibilidade* de que Jefferson realizou tais atos. E é uma possibilidade que precisa ser testada contra a totalidade da evidência – isto é, contra a totalidade da evidência *em relação a Jefferson*. O procedimento intelectualmente honesto seria lidar com a *classe* de donos de escravos, generalizar sobre esta classe, mas *não* deduzir a partir desta generalização, "Muito frequentemente donos de escravos da Virgínia fizeram sexo com suas escravas", que qualquer dono de escravo *em particular* se adequou ao molde.

Vamos manter este assunto em mente na discussão de hoje. O Phillip irá começar relatando a teoria do raciocínio abdutivo de Charles S. Peirce.

Phillip: Obrigado. Irei apresentar brevemente as características principais da teoria da abdução de Peirce, primeiramente dizendo como ela se relaciona com a dedução e indução e depois explicando como ela se apresenta dentro da teoria do método científico de Peirce. Deixo de lado a questão da aplicabilidade da noção de abdução na historiografia. Poder-se-á lidar com isto na discussão que se segue.

Ao preparar esta apresentação, atentei primariamente para dois ensaios de Peirce, um deles intitulado "Dedução, Indução e Hipótese" (1878) e o outros intitulado "Sobre a Lógica de Extrair História de Antigos Documentos, Especialmente Testemunhos" (1901).[4] Peirce é um pensador difícil de entender, parcialmente porque ele publicou muito para muitas audiências – matemáticos, cientistas, filósofos e o público geral – e parcialmente porque ele frequentemente mudava de opinião, assim como de terminologia. Os dois ensaios que examinei são amostras disto.

Em "Dedução, Indução e Hipótese" a palavra "abdução" não é encontrada, e ainda assim é claro que o que Peirce chama de "hipótese" é a mesma coisa que ele chama mais tarde de abdução ou "inferência abdutiva." (Douglas Anderson tem um artigo excelente sobre a forma como o conceito de abdução de Peirce mudou durante o curso de sua carreira, o qual está publicado na *Transactions of the Charles S. Peirce Society*[5]). Neste ensaio, Peirce provê a matriz

[3] Shepard *et al*., 2007, pp 132-134. Shepard, Steven, Phillip Honenberger, & Allan Megill. "A Case Study in Historical Epistemology: What Did the Neighbors Know about Thomas Jefferson and Sally Hemings?" em Megill, *Historical Knowledge, Historical Error: A Historian's Guide to Practice* (University of Chicago Press, 2007), 125-150.

[4] Charles S. Peirce, "Deduction, Induction, and Hypothesis" em *Writings of Charles S. Peirce*, ed. Christian J. W. Kloesel (Bloomington, Illinois: Indiana University Press, 1878b), vol. 3, 323-338; Peirce, "On the Logic of Drawing History from Ancient Documents, Especially from Testimonies" em *Historical Perspectives on Peirce's Logic of Science,* ed. Eisele (1901), 736-752.

[5] Douglas Anderson, "The Evolution of Peirce's Concept of Abduction", *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, [vol.] 22, 2 (1986): 145-164.

desenhada para ressaltar como Dedução, Indução e Hipótese (Abdução) são diferentes. Ele o faz por meio de três experimentos de pensamento envolvendo sacos opacos contendo feijões coloridos.

Primeiramente, vamos supor que um cômodo contém vários sacos de feijões coloridos. Damos uma olhada muito cuidadosa dentro de um saco e notamos que todos os feijões no saco são brancos. Se retirarmos um punhado de feijões daquele saco e, sem olharmos para eles, concluirmos que todos os feijões na nossa mão são brancos, nós estamos procedendo por raciocínio dedutivo. Uma vez que todos os feijões no saco são brancos, e todos os feijões na nossa mão são daquele saco, sabemos com certeza que aqueles feijões são brancos. Obviamente, esta conclusão é dificilmente uma grande revelação. Isto coincide com o julgamento da tradição filosófica (comum em Hume, Leibniz e Kant, entre outros) que a conclusão de um argumento dedutivo está "contida em suas premissas" e, portanto, nunca revela qualquer conhecimento novo. Se conhecermos as premissas, já conhecemos a conclusão. Desta forma, a conclusão pode nos parecer como cômica em sua obviedade.

Em segundo lugar, suponhamos que peguemos um outro saco e, sem olhar dentro dele, retiremos um punhado de feijões. Notamos que todos os feijões na nossa mão são pretos. Deste fato podemos inferir que todos os feijões no saco são pretos, apesar de que não podemos dizer corretamente que sabemos disso com certeza. Aqui estamos fazendo uma inferência indutiva. Sabemos que, até agora, todos os feijões que retiramos do saco foram pretos e a partir deste fato estamos inclinados a inferir que o próximo feijão retirado do saco também será preto e podemos ainda inferir que *qualquer* feijão que retirarmos do saco será preto (isto é, que todos os feijões no saco são pretos). Como Hume, Kant e outros filósofos notaram há muito, a inferência indutiva parece expandir nosso conhecimento em uma forma que o raciocínio dedutivo não faz. Mas, pelas razões que Hume apresentou numa forma especialmente impactante e conhecida, o raciocínio indutivo parece incapaz de oferecer a característica de certeza do raciocínio dedutivo.

Peirce usou estes dois exemplos para mostrar que o raciocínio indutivo é o reverso do raciocínio dedutivo. Ele descreveu a indução como "remar contra a corrente da sequência dedutiva.". [6] Esta é uma expressão estranha e ambígua da parte de Peirce, mas a esclarecerei em um momento. De acordo com Peirce, no raciocínio dedutivo nós começamos com uma *regra* ("todos os feijões neste saco são brancos"). É chamado de regra porque denota características que pertencem às entidades simplesmente em virtude de seu pertencimento a uma *classe* específica de entidades. Neste caso, as entidades particulares se conformarão à regra 100% do tempo. (Uma generalização estatística também pode ser uma regra, no caso a regra poderia afirmar que "X% das entidades pertencentes à classe P tem a característica Q.")

Peirce também introduz a noção de um *caso*. Identificamos algo como sendo um caso quando fazemos uma declaração do seguinte tipo: "estes feijões são daquele saco." Quando dizemos que algo é um caso, estamos dizendo que uma *coisa* ou *coisas* particular (es) ("estes feijões") são membros da *classe* "(neste ou deste saco") descrita(s) pela *regra*. Se soubermos ambos a regra e o caso, podemos inferir (como nossos olhos fechados, como no cenário acima) um *resultado*, que é chamado um resultado porque é uma consequência lógica imediata da observação que o *caso* é um membro da *classe* descrita na *regra*. Logo (ainda que eu vá um pouco além da terminologia de Peirce aqui), podemos pensar em casos como *coisas*, que podem ser vistas como pertencentes a uma *classe*, que é descrita esquematicamente por tal e tal *regra*, a partir da qual podemos inferir tal e tal *resultado*.

O raciocínio indutivo é o reverso deste processo. No raciocínio indutivo não temos qualquer regra dada à qual um caso particular possa ser subsumido. O caso particular

[6] Peirce, "Deduction, Induction, and Hypothesis", 325.

("estes feijões são deste saco") é combinado com outro caso particular ("estes feijões são pretos") e tratamos o segundo caso ("estes feijões são pretos") *como se* fosse o resultado de uma subsunção do primeiro caso a uma regra que ainda é desconhecida por nós. Qual pode ser a regra ainda desconhecida? Notem que no raciocínio dedutivo temos a regra prontamente disponível a nós, mas aqui temos que adivinhar. Ficamos inclinados a inferir uma regra que tornaria possível uma inferência dedutiva se, indo na outra direção, tivéssemos contato direto com essa regra. Assim, inferimos a regra, "todos os feijões deste saco são pretos.". É como se tivéssemos que nadar contra a corrente do raciocínio dedutivo. Inferimos uma regra a partir de um caso e de um resultado.

Neste ponto em "Dedução, Indução e Hipótese", Peirce nota que dedução e indução não esgotam as estruturas possíveis de inferência em termos de regras, casos e estruturas. Qual cenário, ele pergunta, poderia descrever uma inferência a partir de uma regra e um resultado. Qual cenário, ele pergunta, poderia descrever uma inferência de uma regra e de um resultado *à existência de um caso singular.*

Imaginem o seguinte cenário. Digamos que numa mesa no canto extremo do cômodo eu vejo uma pilha de feijões vermelhos e um saco. Olho dentro do saco e noto que todos os feijões no saco são vermelhos. A essa altura, posso adivinhar que a pilha de feijões vermelhos veio do saco de feijões vermelhos. Isto é uma inferência dedutiva? Não, porque tudo que tenho à minha disposição é uma regra ("todos os feijões no saco são vermelhos") e um caso ("estes feijões que estão fora do saco são vermelhos") que não recai na classe descrita pela regra. Portanto, não posso usar a regra ("todos os feijões no saco são vermelhos") para dedutivamente concluir alguma coisa além sobre os feijões que estão fora do saco.

Isto é uma inferência indutiva então? Não, porque numa inferência indutiva infere-se a existência de uma regra, enquanto que a conclusão que tiro aqui (estes feijões são deste saco) não é geral (como são as regras) mas particular (como são casos e resultados). No artigo de 1878, "Dedução, Indução e Hipótese," Peirce chama essa forma de raciocínio não-dedutivo e não-indutivo de "hipótese" (apenas mais tarde a chamará de "abdução"). Essa operação é caracterizada pela inferência a partir de uma regra conhecida ("todos os feijões este saco são vermelhos") e de um particular conhecido ("estes feijões são vermelhos") que é tratado como o *resultado* de um caso desconhecido, até a existência daquele caso desconhecido ("estes feijões são destes saco"). Em suma, temos...

MATRIZ DE PEIRCE

DEDUÇÃO

Regra. – todos os feijões deste saco são brancos.

Caso. – Estes feijões são deste saco.

[Portanto,] *Resultado.* – Estes feijões são brancos.

INDUÇÃO

Caso. – Estes feijões são deste saco.

Resultado. – Estes feijões são brancos.

[Portanto,] *Regra.* – Todos os feijões deste saco são brancos.

HIPÓTESE [TAMBÉM CONHECIDA COMO ABDUÇÃO]

Regra. – Todos os feijões deste saco são brancos.

Resultado. – Estes feijões são brancos.

[Portanto] *Caso*. – Estes feijões são deste saco. [7]

***

Estou bastante certo de que Peirce diria que esses três tipos de inferência – dedutiva, indutiva e abdutiva – esgotam as possibilidades. Mas suspeito que Peirce foi um pouco ludibriado neste sentido por seus procedimentos favoritos de investigação lógica, os quais incluíam a busca por propriedades significativas lógicas através do estudo de transformações estruturais do silogismo (o que o procedimento do seu artigo de 1878, apenas revisitado, exemplifica), e os quais também incluía a sua conhecida tendência a fazer classificações tripartites que ele considerava como sendo exaustivas (a sua assim chamada "triadomania"). [8]

Em seus escritos posteriores, Peirce concebe a abdução, dedução e indução como três estágios do que ele simplesmente chama "investigação". Investigação, para Peirce, inclui procedimentos cotidianos de busca de informação e solução de problemas, assim como os procedimentos mais refinados das ciências modernas. Acredito que a visão de Peirce acerca da investigação tem aplicação natural e frutífera para muitas práticas dos historiadores. Deixarei para meus colegas membros do seminário dizerem precisamente como aquela aplicação deve ocorrer.

A visão de Peirce acerca do procedimento de investigação pode ser resumida da seguinte forma [9]:

(1) Uma pessoa nota um fato surpreendente.
(2) Ela imagina acontecimentos ou condições que poderiam explicar este fato surpreendente. Estas possíveis explicações constituem um conjunto de hipóteses e o modo de raciocínio através do qual ela constrói cada hipótese é o raciocínio abdutivo.
(3) Ela deseja determinar qual dessas hipóteses é correta e para fazê-lo ela seleciona uma para teste. Peirce oferece algumas sugestões sobre como selecionar uma hipótese para teste em seu artigo de 1901, "Sobre a Lógica de Extrair História De Documentos Antigos, Especialmente Testemunhos," assim como em outros lugares, mas por enquanto suprimirei isto.
(4) Para testar essa hipótese, ela imagina (o próprio Peirce escreve "deduz", o que pode ser um pouco enganoso) algumas consequências de sua hipótese. Ela deseja que estas consequências sejam testáveis, e preferencialmente testáveis de tal forma que ela não tenha que ir muito longe para testá-las. Ela também deseja que as consequências sejam surpreendentes no sentindo de não decorrerem (ao menos não de forma simples) de alguma hipótese que já é atualmente bem aceita. Se acontecesse de elas serem assim, aquele resultado não daria a ela qualquer razão adicional para adotar a hipótese sob consideração.
(5) Ela testa estas consequências. É aqui, de acordo com Peirce, que os cânones do bom raciocínio indutivo entram em jogo (apesar de eu pessoalmente duvidar que estes testes sempre tenham um caráter indutivo em tudo menos numa forma discreta.) Se se descobre que uma consequência "deduzida" (imaginada) é o caso, ela agora tem melhores

[7] Exceto pela inserções em colchetes, a matriz foi retirada sem modificação de Peirce, Ibid., 325-6.
[8] C.W. Spinks, *Peirce and Triadomania: A Walk in the Semiotic Wilderness* (Berlin: Mouton de Gruyter, 1991).

[9] O que se segue é uma versão idealizada da explicação de Peirce dos estágios de investigação, que apresentada por Peirce (em vários formatos) em muitos textos ao longo de sua carreira. Para uma pequena amostra (do início, do meio e do fim), ver Peirce 1878a, 247-8, 1901, 732-736, e "A Neglected Argument for the Existence of God," em *Collected Papers*, *Vol. 6: Scientific Metaphysics*, eds. Charles Hartshorne & Paul Weiss (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1908), 319-326.

razões para acreditar que sua hipótese está correta. Caso aconteça de uma consequência "deduzida" não ser o caso, ela descarta a hipótese ou ao menos a revisa.

Esta é, resumidamente, a teoria do método científico de Peirce. De acordo com Peirce, esses estágios são vividos repetidamente. Um fato que é surpreendente na base das velhas cogitações estimula um pensador a imaginar algum caso que o explicaria (a abdução). Para testar esta hipótese, o pensador imagina que outros fatos decorreriam desta hipótese, particularmente fatos que seriam inesperados se a hipótese não fosse verdadeira (todo o resto sendo igual) e que são testáveis sem muito trabalho. Isso leva à dedução. Finalmente, o pensador faz os testes (indução). Se esses testes negarem a hipótese, ele revisa ou descarta a hipótese. Se eles confirmarem a hipótese, a hipótese é adotada até que algum novo fato surpreendente ameace negá-la. Parte do que faz a formulação de Peirce tão notável é que ela trata o método da ciência simplesmente como uma versão mais autoconsciente dos processos inferenciais que as pessoas utilizam no cotidiano.

Allan: Phillip, interessante. O historiador que usa a abdução de forma mais conhecida (mas nem sempre de uma forma epistemologicamente responsável) é Carlo Ginzburg. Notem que seu *Clues, Myths, and Historical Method*[10] consta da bibliografia deste seminário. Suspeito que Ginzburg possa ter sido estimulado naquela direção por um colega seu, Umberto Eco, uma vez que Eco há tempos tem um interesse em Peirce. Ginzburg e Eco podem ser comparados a Robin Winks, *The Historian as Detective,*[11] apesar do livro de Winks não ser especialmente interessante sob a perspectiva de um teórico. E R.G. Collingwood, em *A Ideia de História,*[12] também conceitua a investigação histórica no modelo da detecção criminal. Direi algo sobre as abordagens de Eco e Ginzburg um pouco mais tarde. Discussão?

Jesse: Pergunto-me por que não se pode definir a abdução simplesmente como a chegada a uma conclusão como uma *possibilidade* (ao invés de uma necessidade ou probabilidade) das premissas? De acordo com a explicação que tenho em mente, o caso é sempre algo conhecido, a premissa maior ou regra é declarada em vários graus de perceptibilidade e a conclusão é variavelmente certa, dependendo das premissas.

Então digo o seguinte:

ESQUEMA DE JESSE

Dedução:

1. Sócrates é homem.	(premissa menor, conhecida).
2. Todos os homens são mortais.	(premissa maior, certeza não vista).
3. Sócrates é mortal.	(conclusão, provada)

[10] Carlo Ginzburg, *Clues, Myths, and Historical Method.* Trad. por John Tedeschi and Anne C. Tedeschi (Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1992b).
[11] Robin Winks (ed.), *The Historian as Detective: Essays on Evidence* (New York: Harper and Row, 1969).
[12] R. G. Collingwood, *The Idea of History, revised edition, with Lectures 1926-1928*, ed. Jan Van der Dussen (Oxford, UK: Oxford University Press, 1994).

Indução:

1. Sócrates é homem.	(premissa menor, conhecida).
2. A maioria dos homens é (ou todos os homens observados até agora são) mortais.	(premissa maior, probabilidade de ser vista).
3. Sócrates é mortal.	Conclusão (tudo menos provada)

Abdução:

1. Sócrates é homem.	(premissa menor, conhecida).
2. Alguns homens são mortais.	(premissa maior, possibilidade de ser vista).
3. Sócrates é mortal.	Conclusão (possibilidade demonstrada)

***

Sob esta perspectiva, parece claro que um atributo definidor da abdução como uma forma de inferência é que ela apenas demonstra possibilidade. Se a única regra que apresenta a si mesma como perceptível é "alguns homens são mortais" (e pode ser argumentado que isto é o máximo de certeza que podemos obter), então a conclusão "Sócrates é mortal" deve ser substituída por "Sócrates é possivelmente mortal.".

Esta reflexão serve para definir a abdução simplesmente como uma mudança da premissa maior dentro do clássico modelo de dedução. No entanto, estou inclinado a pensar que a matriz de abdução de Peirce, como inferi a partir da apresentação de Phillip, é uma tentativa de ir além do modelo clássico de dedução e criar, na verdade, modelos para os três tipos de argumento. Uma consequência é que as categorias se tornam distorcidas. Então se acaba abduzindo um caso ("premissa menor") ao invés de um resultado ("conclusão"). Mas certamente isto é estranho.

Phillip: Interessante. Se o compreendi bem, Jesse, você está sugerindo que dedução, indução e abdução podem ser comparadas simplesmente em termos de graus de confiabilidade que as premissas conferem à conclusão. Aqui o raciocínio dedutivo traz completa certeza, o raciocínio indutivo traz probabilidade e o raciocínio abdutivo traz a mera possibilidade. Essa é uma sugestão interessante, a qual não estou muito certo de como avaliar. Você defende seu ponto ao expressar os três tipos de inferência como variedades da ordem da probabilidade ou possibilidade da forma familiar dedutiva, "A é B, B é C, portanto, A é C." (Acidentalmente, Peirce, seguindo a tradição lógica medieval, chama esta forma *Barbara* e nota que todas as inferência pode ser expressas nela.[13])

Penso que Peirce expressa as distinções entre dedução, indução e abdução numa forma que você diz "distorcida" porque ele quer sublinhar relações estruturais entre as três formas de inferência – em particular, ele quer sublinhar o ponto que, diferentemente da dedução, a indução gera uma *regra* e a abdução um *caso* (o que, em combinação com a regra, produziria o resultado mencionado nas premissas). Essas relações estruturais não são capturadas na sua reflexão sobre as três formas de inferência. Mas, mais uma vez, *sua* tipologia enfatiza algo que a

[13] Peirce, "Deduction, Induction, and Hypothesis", 323-324.

tipologia de Peirce não faz – o espectro dos graus de certeza atribuíveis à conclusão, baseados nas premissas, nas três formas de inferência.[14] E as duas transformações não são incompatíveis. Em termos do seu exemplo "Sócrates é mortal", o silogismo correspondente à indução como expressada pelo exemplo dos feijões de Peirce seria, "Sócrates é mortal, Todos os homens são mortais, Sócrates é (possivelmente) homem.".

Allan: Devemos ser cuidadosos em não focar apenas no que Peirce disse e acreditou. O que é importante aqui é seja lá o que for possivelmente sugestivo e útil *para nós* naquilo que ele escreveu. E agora, ao invés de apenas um (velho) modo de pensar sobre dedução e indução (como algo que se move do geral para o particular e do particular para o geral, respectivamente), temos duas *novas* formas de pensar sobre a diferença entre dedução e indução, assim como sobre abdução. As duas novas formas são: a reflexão de Peirce em termos de resultados, regras e casos; e a reflexão de Jesse em termos de necessidade, probabilidade e possibilidade.

Jesse: Penso que podemos também distinguir dois tipos de abdução: aquela através da qual podemos inferir a existência de um (possível) caso e aquela através da qual inferimos a existência de uma (possível) regra. Imaginemos que é apresentado ao historiador um fato surpreendente que muitos mais novilhos em uma localidade específica nascem com cinco patas do que ocorre nos arredores. Tratando este fato como um "resultado", como explicá-lo? Comparem os dois seguintes processos de raciocínio:

OS DOIS TIPOS DE ABDUÇÃO DE JESSE

Abdução 1 (Abdução Orientada Por Regra):

1. Vitelos em uma localidade específica nascem com cinco patas.	("resultado": premissa menor, conhecida).
2. Há / pode ter havido radiação gama.	("caso": conclusão, levantada como hipótese)
3. Radiação causa vitelos com cinco patas.	("regra": premissa maior, descoberta)

Abdução 2 (Abdução Orientada Por Fato):

1. Novilhos em uma localidade específica nascem com cinco patas.	("resultado": premissa menor, conhecida).
2. Radiação causa vitelos com cinco patas.	("regra": premissa maior, conhecida).
3. Houve radiação.	("caso": conclusão, descoberta)

***

[14] Mas Peirce descreve e distingue as três formas de inferência de uma forma similar em um texto de1903: "A Dedução prova que algo *deve* ser, a Indução mostra que algo é *realmente* operante, a Abdução meramente sugere que algo *possa ser*." – *cf.* Peirce, "The Nature of Meaning" [Harvard Lectures on Pragmatism, Lecture VI], vol. 2 de *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings,* ed. Peirce Edition Project (Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1903), 216.

Em outras palavras, quando confrontados com um fato surpreendente que queremos explicar, podemos abduzir tanto uma *regra* que pode explicá-lo, baseada naquele fato surpreendente e outro(s) fato(s), ou abduzimos um *fato* que poderia explicá-lo, com base em uma regra ou regras (presumidas ou provadas). Em outras palavras, há a abdução orientada por regra (Abdução 1) e há a abdução orientada por fato (Abdução 2).

A abdução orientada por regra (Abdução 1) é similar à indução. A única diferença é que com a indução as premissas tornam a conclusão (a regra) *provável*, enquanto que com a abdução 1 as premissas meramente fazem a regra *possível*. Em outras palavras, na abdução a conclusão é suportada de forma mais fraca do que na indução. Outra forma de pensar a abdução 1 é que, nela, uma regra possível é descoberta ao refletir a relação entre dois casos concretos. Em contraste, o raciocínio indutivo geralmente procede através de uma consideração de correlações entre várias instâncias de dois tipos de casos.

Também noto que os historiadores com frequência usam regras ou casos meramente hipotéticos como premissas para suas inferências abdutivas. Por exemplo, o historiador confrontado com os vitelos de cinco patas pode dizer, "*Se* a radiação causa vitelos de cinco patas, então os vitelos podem ter sido contaminados com radiação" (Abdução 2) ou "*Se* os vitelos foram contaminados com radiação, então a radiação pode causar vitelos de cinco patas" (Abdução 1).

Allan: Gosto da construção do Jesse, mas preciso pensar um pouco nela. Questiono-me se a formulação regra/caso/resultado possa ser confusa demais. Sei que às vezes me confunde.

Justin: Penso que apenas necessitamos ser mais precisos com as definições que constroem a matriz. Proponho o seguinte:

AS DEFINIÇÕES DE JUSTIN DE PREMISSAS E CONCLUSÃO

(1) *Premissa Menor* ou *Caso*: um fato observável que precisa ser aceito como verdadeiro. Pode ser tanto (a) autoevidente ou (b) aceito por definição.
(2) *Premissa Maior* ou *Regra*: uma lei que dita alguma relação que sempre se mantém.
(3) *Conclusão* ou *Resultado* ou *Instância:* um fato inobservável. Algo que não pode ser *nem* (a) provado simplesmente de forma empírica ou (b) aceito por definição (se um dos dois ocorrer, não seria uma Conclusão/Resultado/Instância: seria uma premissa menor).

***

Se adotarmos essas definições, penso que podemos representar o exemplo de Jesse dos vitelos contaminados por radiação da seguinte forma:

Todos os vitelos que sofreram radiação têm cinco patas	(premissa maior)
Este vitelo tem cinco patas.	(premissa menor)
Portanto, este vitelo sofreu contaminação por radiação.	(conclusão)

Allan: Gosto disto, mas tenho algumas poucas sugestões. (1) Para as "Premissas Maiores," penso que "sugerir" seria melhor que "ditar". "Sugerir" parece acomodar melhor a abdução. (2) Penso que diria fato "não obervado" ao invés de fato "inobservável". (3) Para a premissa maior do exemplo do vitelo do Justin, eu diria, "*Alguns* vitelos que sofreram radiação têm cinco patas." É dizer demais que todo vitelo que sofreu contaminação tem cinco patas: isso estreita a abrangência da abdução consideravelmente. (4) Também mudaria o tempo verbal, dizendo "Alguns vitelos que nasceram com cinco patas." O verbo no passado parece mais apropriado aqui do que o presente (universal) (pergunto-me porque). Finalmente, (5) penso que a conclusão deveria ser, "Este vitelo possivelmente sofreu radiação.".

Phillip: Concordo com esses pontos, na medida em que poucas das regras às quais um historiador normalmente apelaria são universais e a conclusão de uma inferência abdutiva não segue necessariamente das premissas. Mas penso que na descrição de Peirce da abdução, a possibilidade dessas modificações é razoavelmente presumida. É digno de nota, penso, que o exemplo de Justin das abduções combina com alguns dos exemplos do próprio Peirce, particularmente em um artigo de 1867, "Sobre a Classificação dos Argumentos.".[15] Considerado como uma peça de raciocínio dedutivo, o seguinte é uma famosa falácia lógica chamada "afirmação do consequente": Todos os As são B, C é B, portanto, C é A. A conclusão obviamente não segue com necessidade das premissas. Mas no raciocínio abdutivo, no qual estamos procurando determinar a causa (desconhecida) de efeitos (conhecidos), essa é frequentemente a única forma de raciocínio disponível para nós. É verdade, no exemplo do vitelo do Jesse, que *se* o vitelo sofreu de contaminação, isso explicaria o surpreendente fato de o vitelo ter cinco patas. (Também notarei que o silogismo abdutivo dos "feijões" originais de Peirce tem exatamente a mesma forma.) Em outras palavras: se a conclusão da inferência for verdade, então o fato declarado como Premissa Menor seria explicado. E é isso que a abdução faz, na reflexão de Peirce de 1878 e em qualquer outro lugar.

Finalmente, sobre as novas definições da terminologia lógica "premissa menor", "regra" e assim por diante: também sugeriria que distinguíssemos a distinção "regra/resultado/resultado" da distinção "conclusão/premissas". Conclusões de inferências *dedutivas* são resultados, conclusões de inferências *indutivas* são regras e conclusões de *abduções* são casos. A distinção "regra/resultado/resultado" parece para mim justificada pela abordagem funcional de Peirce dos argumentos. Quero dizer com isto que Peirce analisa as partes do argumento em termos de sua relação umas com as outras em um único processo de inferência. Em outras palavras, Peirce está preocupado com a maneira pela qual o argumento opera – isto é, como ele realmente *funciona*. Isso também quer dizer que os rótulos "regra/resultado/resultado" têm que ser compreendidos como termos relativos – ou talvez devêssemos dizer como termos *relacionais*. O que conta como um caso em um silogismo pode contar como resultado em outro.

Justin: Então em abdução começamos com a Premissa Menor ou fato – o que Peirce chama "resultado". Por exemplo: "Este vitelo tem cinco patas" ou "Estes três vitelos nascidos em Albermarle County neste ano têm cinco patas." Então assumimos uma Premissa Maior, declarada como uma possibilidade – o que Peirce chama de uma "regra". Por exemplo: "Vitelos com cinco patas *podem* ter sofrido contaminação." Esta forma específica de frasear pode não *parecer* uma regra, mas podemos ver que há uma regra implicitamente atrás dela, nomeadamente, "Ao menos às vezes a radiação causa o nascimento de vitelos com cinco patas." Finalmente, podemos concluir abdutivamente a partir das Premissas Maiores, também

[15] Peirce, "On the Classification of Arguments", vol. 2 de *Writings of Charles S. Peirce*, ed. Edward C. Moore (Bloomington, Illinois: Indiana University Press, 1867), 23-48.

conhecidas como regras (combinadas com uma Premissa Menor, também conhecida como fato), que "Este vitelo pode ter sofrido radiação"-- o que Peirce chama de "caso".

Allan: Exatamente. E isto incorpora as revisões que Phillip e eu sugerimos.

Justin: Então, depois da abdução, reunimos a maior quantidade de informação que conseguirmos sobre esse vitelo e seu contexto histórico. Se tivermos fatos suficientes, podemos ser capazes de fazer uma reivindicação parcialmente amparada sobre o não observado: esse vitelo possivelmente sofre contaminação por radiação.

Allan: Carlo Ginzburg tende a deixar de lado os "*possivelmente*" em seu próprio estudo abdutivo, *O Queijo e os Vermes*. Em contraste, em seu livro *O Retorno de Martin Guerre*, outra historiadora do primeiro período moderno, Natalie Davis, enfaticamente não deixa de fora os "possivelmente.". [16]

Justin: Então uma diferença crítica entre abdução e indução é que a regra na indução deveria ser *descoberta* como um universal enquanto, na abdução, a regra é *presumida como uma possibilidade* mas nunca é transformada em um universal.

Allan: Não estou persuadido no momento de que esta caracterização é adequada. O caso oposto de "universal" é "particular" e o problema é que a regra empregada na abdução parece ser algo mais do que apenas um particular. Suspeito, na realidade, da aplicabilidade dos conceitos de "universal" e "particular" aqui.

Jesse: Por outro lado, podemos dizer que a indução é uma questão de ir de um particular para um universal...

Allan: Sei que é assim que a indução é comumente caracterizada, mas porque não igualmente bem "a indução é um argumento no qual a conclusão provavelmente segue das premissas"? Seria esta definição incompatível com sua análise?

Jesse: ... e a dedução como indo do universal ao particular...

Allan: Eu diria, "no qual a conclusão necessariamente segue..."

[16] Carlo Ginzburg, *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth-Century Miller*, traduzido por John Tedeschi e Anne C. Tedeschi (Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1992a); Natalie Zemon Davis, *The Return of Martin Guerre* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1983).

Jesse: … e a abdução é usar um universal *possível* para estabelecer um particular possível. Então o historiador usa particulares definidos para fazer o possível provável.

Allan: Da primeira parte eu gosto; mas ao invés de dizer "usa particulares definidos para fazer o possível provável", diria o seguinte: "a abdução é suscetível de ser transformada em uma indução pela adição de particulares definidos, portando concedendo probabilidade à possibilidade."

Justin: Aqui está mais uma rodada de resumo:

A DEFINIÇÃO DE D.I.A DE JUSTIN

Na Dedução você toma um fato observado e uma regra aceita e deduz um fato não observado.

Na Indução você toma o mesmo fato obervado e um fato não obervado aceito e induz uma regra.

Na Abdução você toma o mesmo fato e uma regra que possa possivelmente ser verdade e abduz um fato não obervado.

***

Depois de abduzir, o historiador reúne outros fatos para tornar (ele ou ela espera) a conclusão da abdução provável. E, como Allan enfatizou, você não trata a regra como um universal.

Portanto a maioria do pensamento histórico procede por abdução. Para pegar um exemplo familiar:

Guerras podem ter sido iniciadas por espiões.	(Premissa Maior Condicional; regra).
A Primeira Guerra Mundial começou.	(Premissa Menor; resultado).
Portanto, a Primeira Guerra Mundial pode ter sido iniciada por espiões.	(Conclusão possível; caso).

O historiador iria então procurar mais fatos para fazer o possível provável.

A abdução tenderá à indução assim que você começar a substituir "possivelmente" com "frequentemente" ou "quase certamente" – e em história, isto é feito por aquisição de novas informações.

Allan: "Premissa Maior Condicional" – isto é bom.

Justin: Comparado com a história, o raciocínio em sociologia ou ciência política é muito mais indutivo – põe muito mais ênfase em leis universais e teorias, sejam essas leis ou teorias a serem *aplicadas* ou, muito mais raramente, leis e teorias a serem descobertas.

Phillip: Também gosto da descrição da abdução como uso de um universal possível para estabelecer um particular possível, mas acho que deveria ser modificado da seguinte maneira: "Usando universais possíveis e particulares possíveis para inferir a existência de particulares possíveis." E penso que esta é uma boa descrição da prática típica dos historiadores. Mas mesmo neste caso, a abdução nunca seria realmente "transformada" em indução, primeiramente porque induções não têm esta forma lógica em particular e, em segundo lugar, porque enquanto os fatos relevantes são reunidos, a hipótese guia do historiador sobre os eventos passados em questão estão destinados à mudança. Penso que o que deveríamos dizer é que o historiador busca evidências que, se a hipótese fosse falsa, seriam altamente inesperadas, e outras evidências que, se a hipótese fosse verdadeira, seriam também altamente inesperadas. E essa busca por evidência é frequentemente, mas não sempre, um processo indutivo. (Peirce diz que *sempre* é, mas não tenho tanta certeza.).

Penso que pesquisadores históricos treinados tipicamente passam por esse processo em velocidade rápida. Um historiador pesquisador pode fazer milhares de inferências abdutivas por dia, uma atrás da outra, tantos quanto novas informações ou novos raciocínios requisitarem. E ele ou ela está frequentemente cogitando, comparando e aceitando provisoriamente muitas hipóteses ao mesmo tempo.

No entanto, deixe-me também oferecer qualificação. Penso que não concordo com a sugestão que, numa inferência abdutiva, a premissa maior é *especialmente* condicionante (como quando contrastada com a premissa maior na dedução ou indução, por exemplo). Penso que é simplesmente suposto por Peirce (e pode da mesma forma ser suposto por nós) que *podemos estar errados sobre qualquer coisa* – a premissa maior, a premissa menor, etc. – sem que isso tenha nenhum efeito significativo na forma lógica das inferências que estamos estudando.

Allan: Certo, esta parece ser a forma que Peirce pensou – sempre o lógico, o formalista.

Phillip: Podemos estar tão errados sobre declarações probabilísticas como declarações universais e tanto sobre as premissas de deduções quanto as de abdução. Não é algo que distingue a abdução, como uma forma de inferência, de outras formas de inferência. Da mesma forma, podemos sempre estipular, ou especular, que alguma premissa é o caso (nossas inferências podem ser conduzidas na base de condições imaginadas ou presumidas ou supostas, ao invés de premissas conhecidas), sem que isso mude a forma lógica da inferência em questão. E podemos até suavizar nossas inferências dedutivas na direção de um raciocínio probabilístico ou estatístico sem fazer destas inferências algo não dedutivo, ao menos enquanto definirmos dedução e indução em termos de regras, casos e resultados, como Peirce faz. Não temos que adicionar "algumas vezes" à premissa maior de cada adução para salientar estas possibilidades.

Allan: Mas às vezes penso que meus colegas historiadores *realmente* precisam ser lembrados do "às vezes", especialmente quando eles correm o risco de serem seduzidos por tal e tal teoria proposta por tal e tal teórico fora da história.

Phillip: Interessante. Imagino que seja verdade que os historiadores – em contraste com físicos ou sociólogos, por exemplo – fazem uso com mais frequência do que pode ser chamado declarações universais "qualificadas" em suas abduções: por exemplo, "Na Inglaterra do século XVI um nobre quase sempre teria estudado latim."

Allan: Bom, um nobre *rico* quase sempre teria estudado latim, sim.

Phillip: Ou "donos de escravos homens no sul dos Estados Unidos frequentemente faziam sexo com suas escravas." Então abduções em história podem apelar mais frequentemente para declarações universais qualificadas do que não qualificadas. Mas esse é outro ponto do que dizer que a *abdução*, como uma forma de inferência, é sempre especialmente caracterizada por esta qualificação.

John: Acredito que haja uma dificuldade mais básica aqui.

Allan: Qual seria? Aliás, presumo que alguns de vocês viram a foto do John no *New York Times* de domingo e o artigo que a acompanhava. (*Risadas amigáveis e outros sinais de reconhecimento da classe.*)

John: Um dos problemas do modelo de três eixos (conclusão, premissa maior, premissa menor) é que ele não responde as questões que os historiadores perguntam. Por exemplo: Se a conclusão é que a Primeira Guerra Mundial foi causada pelo assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando e a premissa menor é que Ferdinando foi uma figura política importante, a premissa maior seria que o assassinato de uma figura política importante causa guerras. Mesmo que este seja um exemplo trivial, ele mostra o quanto a conclusão não é válida para o historiador. Isto ocorre porque o historiador não tem necessidade da premissa maior.

Allan: Você está oferecendo a objeção historiográfica padrão à análise de Hempel em seu artigo de 1942, "A Função das Leis Gerais em História," o qual é aludido (e em parte parodiado) em "Repensando o Passado.". [17]

[17] Carl G. Hempel, "The Function of General Laws in History", *The Journal of Philosophy*. [vol.] 39, 2(1942): 35-48; Allan Megill, "Recounting the Past: 'Description,' Explanation, and Narrative in Historiography", *American Historical Review*, 94 (1989): 627-53, revisado em "Narrative and the Four Tasks of History-Writing" em Megill, *Historical Knowledge,* 78-103.

John: Mais ainda, a premissa maior nem ao menos é um universal. Poder-se-ia dizer que a premissa maior é uma probabilidade ou ao menos uma possibilidade ("o assassinato de uma figura política importante pode causar uma guerra"), mas isto é inútil para descrever as raízes da Primeira Guerra Mundial. O modelo dedutivo de raciocínio propõe que "se A (premissa maior), então C (Conclusão)." Sabendo que Sócrates é homem e dada a verdade da premissa maior, a saber, todos os homens são mortais, Sócrates irá necessariamente morrer. Mas o modelo dedutivo simplesmente não diz algo para os historiadores. Não fornece um modelo do que os historiadores realmente fazem. Em uma palavra, não é funcional.

Allan: Segundo penso, o que você diz é correto no nível das atividades específicas de pesquisa do historiador. Mas eu também argumentaria que a dedução entra na história de outros modos. Por exemplo, penso que a dedução, ou um equivalente funcional, é inserida implicitamente no momento da definição da área de ocupação do/da historiador(a). Escrever uma "história política da America" é ter – ao menos implicitamente – um conceito de política que então determina o que será incluído na história. O historiador político *assume* caracteristicamente uma definição particular de política (ou o historiador cultural uma definição particular de cultura): isto funciona como uma premissa maior de trabalho não anunciada.

John : Parte do problema é que os historiadores não buscam universais...

Allan: … mas fazem uso deles ao máximo – isto é, eles são "consumidores" de universais. Por exemplo, historiadores claramente fazem uso de pressupostos sobre o caráter da motivação e dos desejos humanos, pressuposições que são frequentemente tão óbvias e truístas que na maior parte do tempo dificilmente as notamos. E, num nível mais particular, eles ficam frequentemente felizes em pegar emprestadas teorias (ou pseudoteorias) de outras disciplinas, as quais depois os guiam em suas abordagens de problemas históricos particulares. Por exemplo, houve um tempo em que a noção de Clifford Geertz de cultura, como ela aparecia no que foi talvez o livro mais fraco de Geertz, *A Interpretação das Culturas*, estava em moda entre poucos historiadores e entre um grande número de alunos de pós-graduação, ao menos nos Estados Unidos. [18]

John: Mas quais premissas maiores universais são apropriadas para o enquadramento da disciplina histórica? Supondo que a conclusão da inferência do historiador é, "A Primeira Guerra Mundial foi causada por vários fatores, incluindo a ambição imperial, tratados comprometedores e o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando." A premissa menor, a qual deve ser conhecida – o que Peirce chama "o resultado", se entendi a apresentação do Phillip corretamente – seria apenas o fato de que a Primeira Guerra Mundial aconteceu. Qual seria, então, a premissa maior? Neste caso, a premissa maior (a "regra") poderia ser "Guerras são multicausais": em outras palavras, "A ambição imperial, e/ou tratados comprometedores, e/ou o assassinato de um grande dignitário, e/ou... etc. são capazes de causar guerras." Mas tal premissa maior é tão aberta ao ponto de não ter quase significado. Guerras serem multicausais não nos provê muito conhecimento – não da mesma forma que, por exemplo, "Todos os homens são mortais."

[18] Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays* (New York: Basic Books, 1973).

Allan: Certo. É um universal verdadeiro trivial.

John: O raciocínio histórico não pode caber no molde silogístico enquanto a premissa maior tiver que ser geralmente verdadeira. Ou, se insistirmos em encaixá-lo nesse molde, e que a premissa maior deva ser sempre verdadeira, então a declaração constituindo aquela premissa maior deve ser tão ampla ao ponto de quase não ter significado.

Allan: Outro caminho, tomado conhecidamente pelo filósofo Michael Scriven em resposta a Hempel, foi dizer que os universais ficavam mais e mais específicos até que eles se transmutavam em uma descrição de uma situação particular que o historiador arranjou para abordar. [19]

John: Os vitelos então. O modelo de Jesse propõe dois tipos de abdução, a orientada por regra (Abdução 1) e a orientada por caso (Abdução 2). A questão histórica posta seria: "Por que os vitelos nasceram com cinco patas?" ou "Havia radiação em uma determinada área?" Elas parecem ser respondidas pela Abdução Orientada por Caso:

Estes vitelos nasceram com cinco patas.	(premissa menor, "resultado": conhecido).
A radiação causa cinco patas.	(premissa maior, "regra": por hipótese).
Havia radiação.	(conclusão, "caso": descoberta).

Exceto que o historiador não poderia aplicar este modelo confortavelmente. Por exemplo:

Houve um levante na cidade Y em 1832.	(premissa menor, "resultado": conhecido).
A pobreza causa levantes.	(premissa maior, "regra": por hipótese)
Este levante foi causado pela pobreza	(conclusão, "caso": descoberta)

A premissa maior feita por hipótese não inclui a consideração de outras causas possíveis de levantes, eventos particulares caracterizando *este* levante e incidentes onde a pobreza não casou levantes.

[19] Michael Scriven, "Truisms as the Grounds for Historical Explanation" em *Theories of History*, ed. Patrick Gardiner (New York: Free Press, 1959), 443-475.

Allan: Exatamente. Para torná-lo aplicável, precisa-se adicionar mais e mais qualificadores a ele até que ele se transforme em uma descrição *deste* levante, como Scriven apontou há vários anos.

John: E se fosse feito, acabaríamos com uma resposta do tipo, "Levantes são multicausais" e, portanto, de volta à estaca zero. Como a reflexão hipotética de Collingwood do acidente de carro indica, podem-se imaginar diferentes causas até mesmo em um evento bastante simples.[20] Mas como o historiador deve processar as várias possíveis causas como uma *regra*? Ele pode dizer que esse levante nesse momento em particular foi causado pela pobreza, mas também deve dizer por que a pobreza atuou causalmente nesse momento e não em outros.

Por outro lado, penso que os historiadores às vezes tentam atingir *conclusões* gerais através de seu trabalho. Considerem o exemplo seguinte:

A Revolução Americana foi feita para prevenir a "tirania."	("resultado": conhecido)
"Tirania" foi uma concepção mental baseada nas ideias políticas do iluminismo **whig**, tendo pouca conexão com a verdadeira experiência dos colonos.	("caso": conhecido)
Palavras devem ser compreendidas como significantes operando dentro de um contexto histórico particular.	("regra": descoberta)

Na verdade, penso que o modelo indutivo tradicional funciona melhor aqui. Poder-se-ia dizer que as palavras são janelas para diferentes processos de pensamento e "tirania" significava algo muito diferente no século XVIII. Como resultado, quando os americanos lutaram contra a tirania, eles o fizeram por causa da sua concepção da palavra ou ideia, não por causa de nenhuma "tirania" objetiva.

Allan: Tenho uma pergunta. Esta reflexão sobre o que o historiador tenta parece muito focada no nível da linguagem. Ouso invocar aquele termo superutilizado "discurso"? Mas suponha que você queira ir além "da interpretação das ideias" (categoria de Droysen) para a "interpretação das condições (materiais).". [21] Suspeito que as induções comecem a parecer trêmulas quando você o fizer. Acho que você seria forçado a tornar-se especulativo muito mais explicitamente (se você quiser se manter epistemologicamente são). Eu *realmente* simpatizo com o movimento da "virada linguística" aqui. Na pós-graduação, me flagrei desconfiando das reivindicações que ouvia de colegas de classe sobre a relação entre ideias e o mundo social/material – eu simplesmente não podia ver como eles chegavam a conclusões tão confiantes – e um resultado foi que, saído do desencantamento e do cuidado, eu me confinei nas análises dos sistemas de ideias (agora poder-se-ia até dizer inacuradamente "discurso"). Mas naquele momento eu não tinha outras categorias senão dedução e indução. Agora estou inclinado a ver, na abdução, uma forma de pensar sobre como se pode "ir além da evidência",

[20] R. G. Collingwood, *An Essay on Metaphysics* (Oxford: Clarendon Press, 1940), 304ff.
[21] Johann Gustav Droysen, *Outlines of the Principles of History (Grundriss der Historik)*, com um esboço biográfico do autor. Trad. E. Benjamin Andrews (Boston: Ginn & Co., 1893), 30-36.

enquanto refletindo sobre a incerteza do "ir além. " Talvez pudéssemos chamar a "abdução" de algo como "especulação identificada."

Steven: Talvez pudéssemos pensar na Premissa Menor como uma aplicação da Premissa Maior ao particular. Aqui chamo a Premissa Maior apenas "premissa":

MODELO DO STEVEN: PREMISSA, APLICAÇÃO, CONCLUSÃO

Todos os homens são mortais.	(premissa)
Sócrates é homem.	(aplicação)
Sócrates é mortal.	(conclusão)

***

Na indução, frequentemente perdemos a aplicação porque ela é muito óbvia para ser declarada:

O sol sempre nasceu todos os dias observados.	(premissa)
Amanhã é um dia.	(aplicação)
O sol nascerá amanhã.	(conclusão)

Para a abdução, temos:

O sol *algumas vezes* nasceu todos os dias.	(premissa)
Amanhã é um dia.	(aplicação)
O sol *possivelmente* nascerá amanhã.	(conclusão)

E para o exemplo do novilho:

Vitelos de cinco patas *algumas vezes* sofreram contaminação por radiação.	(premissa)
Bessie é um vitelo de cinco patas.	(aplicação)
Bessie *possivelmente* sofreu contaminação por radiação.	(conclusão)

Esse é mais fácil para eu entender porque o grau de possibilidade é sempre declarado na premissa, a aplicação está sempre garantida (semântica ou empiricamente) e a conclusão é garantida precisamente no grau que a premissa é garantida. Gosto de usar a palavra "aplicação" porque nos mantém na linha.

Isto é na maior parte uma reafirmação da definição mais exaustiva de Justin. Como ele afirmou, "A abdução tenderá à indução assim que você começar a substituir "possivelmente" por "frequentemente" ou "quase certamente" – e na história, isto é feito através da aquisição de novos dados."

Notem também que, neste modelo, adicionar mais informações não altera a matriz ou a relação das três partes. Apenas justifica o historiador alterar o grau de probabilidade da premissa e, portanto, da conclusão. Se *nenhuma exceção* for encontrada para a premissa (se, em outras palavras, todos os cisnes forem brancos e um cisne negro nunca tiver sido observado), então temos indução.

Para dar um outro exemplo:

Democracias *provavelmente* recolhem impostos.	(premissa)
América, França e Grã-Bretanha são democracias.	(aplicação)
América, França e Grã-Bretanha recolhem impostos.	(conclusão)

Justin: Discordo da sua caracterização de indução: "Temos uma série de instâncias do sol nascendo então inferimos que o sol nascerá amanhã." Direi mais acuradamente, "Temos uma série de instâncias do sol nascendo então (*indutivamente*) inferimos que o sol sempre nasce." Então deduzimos que o sol nascerá amanhã.

Allan: Sim, do ponto de vista lógico a revisão está inteiramente justificada e então a revisão deveria ser feita. Claro, como uma caracterização de como as pessoas pensam na vida cotidiana, é estranho, uma vez que as pessoas, eu sugiro, normalmente presumem que o sol nascerá amanhã sem pensar no assunto num nível teórico.

Phillip: Interessante. Penso que os lógicos profissionais usam o termo "indução" de forma ambígua entre estes dois significados. Mas concordo com a análise de Justin.

Allan: Steven, alguns de seus exemplos são mais ancorados na descrição do que na explicação. O que é impressionante no exemplo do recebimento de impostos e democracia, por exemplo, é que nada *causal* é sugerido: há correlação, mas nenhuma conexão causal é postulada. Penso que é preciso distinguir entre algo desconhecido que apenas aconteceu de ainda não ter sido investigado, e algo desconhecido que é desconhecido porque repousa num nível mais profundo, digamos, no nível da explicação.

"Mais dados" alcançando certeza parece mais aplicável no nível da descrição do que naquele da explicação. No último caso, eu argumentaria, apenas um nível divino de recolhimento de dados poderia alcançar qualquer coisa próxima da certeza.

Phillip: Certo. Steven, você diz, concordando com Justin, que, "a abdução tenderá à indução assim que você começar a substituir "possivelmente" por "frequentemente" ou "quase certamente" – e na história, isto é feito através da aquisição de novos dados. " Mas suspeito que os modelos indutivos de confirmação sejam normalmente inapropriados para a investigação histórica pelas razões que Allan apresentou no começo da aula quando disse "mesmo que todos os outros donos de escravos na Virginia tivessem estuprado suas escravas, isto não nos diz nada sobre se Jefferson o fizera. " Uma forma de apresentar este ponto é que não podemos simplesmente deduzir, com base em uma generalização verdadeira sobre uma classe histórica, que qualquer entidade individual que recaia naquela classe tem as características atribuídas geralmente. Nem, estritamente falando, podemos legitimamente concluir que é mais *provável* que assim seja. As razões para o segundo ponto são complicadas e espero entrar em detalhe sobre elas em outro lugar.[22] Mas elas podem ser resumidos brevemente da seguinte maneira: (1) O raciocinio sobre "tendências" ou segue os cânones da probabilidade matemática e estatística ou não. (2) Se não seguir, é ou (a) uma expressão dos preconceitos de um pesquisador, e portanto apenas tão confiável ou justificado quanto estes próprios preconceitos, ou (b) em si mesmo uma forma vaga de falar sobre o que é ainda uma inferência abdutiva. Finalmente, (3) é apenas muito raramente que os cânones da probabilidade matemática e estatísticas são diretamente aplicáveis às questões históricas. A inferência a partir do comportamento dos pares de Jefferson para o comportamento do próprio Jefferson, por exemplo, não é um caso desse tipo. (Nenhum estatístico competente aceitaria a inferência.) A maior parte das questões históricas não são do tipo que podem ser respondidas diretamente por dados estatísticos. O raciocínio estatístico e até o cálculo *são* às vezes úteis, para uma ou outra dimensão do passado: mas não são universalmente aplicáveis, e até mesmo naqueles casos em que são aplicáveis, devem basicamente servir como suporte ou desafio para uma inferência abdutiva.

Não estou muito certo do que dizer sobre a quase "certeza", exceto que o processo de embasar e defender uma hipótese histórica geralmente toma a forma de um argumento no qual a hipótese explica melhor a evidência do que hipóteses rivais. E talvez isso possa ser descrito como "quase-certeza", ao menos em alguns casos.

Penso que nós eventualmente devemos fazer o esforço para uma maior clareza sobre o processo através do qual os historiadores recolhem evidências para embasar (ou, mais abrangentemente, avaliar) a validade de suas abduções. Penso que ele não seja bem modelado, por exemplo, pela concepção de Latour de formação de alianças, como apresentada em *Ciência em Ação.*[23] A reflexão de Peirce sobre *deduzir* as consequências e depois testar estas consequências é bem melhor. O modelo de Latour pode ser melhor como uma sociologia descritiva, mas penso que o modelo de Peirce é uma melhor *epistemologia* – isto é, ele fornece um melhor conjunto de noções diretrizes para a conduta do historiador. Reconheço já ter expressado alguma hesitação sobre a reivindicação de Peirce que o processo de teste é sempre principalmente indutivo - logo, também, que os fatos podem tornar uma hipótese histórica "mais provável" em qualquer sentido que não seja vago.

Hillary: Esta discussão levantou várias questões para mim. Infelizmente, ofereço mais perguntas do que respostas.

---

[22] Peirce, "On the Logic of Drawing History from Ancient Documents, Especially from Testimonies", 1901.
[23] Bruno Latour, *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1987).

Dado os comentários de Jesse sobre a "Abdução 1" e a "Abdução 2" e os comentários de John sobre a aplicabilidade limitada das afirmações universais no raciocínio dos historiadores, pergunto-me se ainda é necessário fazer uma distinção qualitativa entre os dois tipos de premissa. Qual é a relação entre as premissas e entre as premissas e a conclusão que nos leva a querer classificar as coisas desta forma? É a premissa menor do historiador necessariamente descritiva e a premissa maior explicativa? Ou esta bifurcação sutil é problemática (como sugere o artigo de Megill[24] sobre as quatro tarefas da historiografia)? As diferentes premissas qualificam a conclusão em diferentes graus? Sobre as questões de falseabilidade: se não há diferença qualitativa entre as premissas maiores e menores, então devem haver caminhos múltiplos para mostrar que uma conclusão em particular é falsa. Sendo assim, como devemos proceder ao "testar" nossas hipóteses, como a apresentação do Phillip sugeriu que deveríamos?

Esta última questão parece de relevância particular para o historiador. Se um historiador declara que as causas A, B e C (cada uma variando em probabilidade ou possibilidade) causa um levante, então como alguém deveria buscar a falsificação (ou confirmação) dessa conclusão? Lembrem-se do acidente automobilístico hipotético de Collingwood que discutimos na nossa aula passada. A ideia de Collingwood era que a importância relativa de cada causa sugerida (o estado do pavimento da via, o motorista tendo bebido um bocado, o motorista ter derrubado o cigarro aceso no seu colo; o limite de velocidade elevado demais; a falta de sinalização adequada, e assim por diante) difere de acordo com o ponto de vista do observador. O inspetor de rodovias pode assumir um ponto de vista, promotor outro, o motorista, que sempre bebe um bocado antes de voltar para casa, ainda outro. Como se retificam e se relacionam os diferentes tipos de causas e explicações? Finalmente, o caráter particular deste conjunto (talvez infinito) de causas individuais determina a conclusão. Qual é então a tarefa do historiador?

A resposta, alguns autores sugerem, é uma mudança das questões de "por que" para as de "como" (ou da explicação para a descrição). Esse movimento, no entanto, também é problemático.

Allan: Sim, é uma escapatória. Uma vez tentei construir um mezanino entre a descrição e a explicação, o qual eu defini como o nível do "Como" ou "Agência". Mas isso foi em grande parte um epiciclo inútil. Mas vejam Kenneth Burke, que tem um modelo de cinco termos: Ato, Agente, *Agência*, Cena e Propósito. [25]

Hillary: Certo. Até mesmo uma história narrativa requer que o historiador identifique os fatores particulares que contribuíram para ou formaram um evento histórico. Identificar esses fatores e separar os relevantes dos irrelevantes depende de pressupostos particulares sobre a natureza do mundo. Esses pressupostos portanto conferem um nível implícito de probabilidade ou possibilidade e reintroduzem as dificuldade de abdução e de falseabilidade ou da> confirmação. A narrativa não escapa dos "perigos" da história explicativa.

Allan: Esta foi uma ótima discussão. Quero finalizar dizendo algumas coisas acerca das formas como Umberto Eco e Carlo Ginzburg lidaram com a abdução.

[24] Megill, "Recounting the Past", 1989.
[25] Kenneth Burke, *A Grammar of Motives* (University of California Press, 1945).

Curiosamente, depois de ser um detetive por 14 dias, eu não fui capaz de encontrar o ensaio de Eco sobre Sherlock Holmes, no qual ele escreve sobre abdução. Os vestígios que tenho são algumas vagas memórias de uma versão sueca que me lembrei de ser referida há quatro ou cinco anos, e isto não é suficiente. Construí algumas hipóteses, mas elas falharam. Estava perto de mandar um e-mail ao Eco, mas não ousei. Há um livro chamado *O Signo dos Três: Dupin, Holmes, Peirce*, editado por Umberto Eco e Thomas A. Sebeok. *Pode* estar lá, mas o livro não está disponível na biblioteca.[26]

De qualquer forma, Eco trata da abdução em *Uma Teoria de Semiótica.*[27] Lá, ele coloca a abdução próxima da interpretação e da hipótese ("um tipo de interpretação comparável a inferência"). Sua visão geral das inferências é que elas podem ser vistas como fenômenos semióticos: "uma regra pode ser o sinal de seu resultado deduzido da mesma forma que um caso específico pode ser o sinal de sua regra deduzida." Mas no caso da abdução, é difícil de "reconhecer a regra como um sinal à luz do qual a hipótese interpreta o caso, a não ser que a abdução realizada torne-se um reflexo social costumeiro" (132). Ele concorda com Peirce ao ver a abdução como um caso de "inferência sintética," "onde encontramos algumas circunstâncias bastante curiosas, que seriam explicadas pela suposição de que era um caso de alguma regra geral e a partir disto adotamos aquele pressuposto." A abdução parece ser um movimento livre da imaginação, mais próxima da emoção ou da intuição do que de outros tipos de decodificação, diz Eco.

Eco diz mais sobre os tipos de abdução em "Abdução e Natureza Inferencial dos Signos" (em *Semiótica e a Filosofia da Linguagem*[28]). Ele distingue entre uma abdução supercodificada (onde a lei é dada automaticamente ou quase automaticamente), abdução subcodificada (onde a regra deve ser selecionada entre uma série de alternativas equiprováveis) e abdução criativa (onde a regra agindo como uma explicação tem que ser criada). Alguns destes tipos podem servir para as diferentes reflexões sobre a natureza da abdução propostas em nossa discussão. Parece que Eco está bastante interessado neste último tipo, o qual ele vê como o tipo utilizado na interpretação da poesia e na investigação de casos criminosos.

Um dos méritos do trabalho de Ginzburg é que ele chama a atenção para o lugar da abdução ("pistas") na historiografia. Uma de suas deficiências, no entanto, é que Ginzburg frequentemente confunde possibilidade com probabilidade, apresentando hipóteses para as quais as evidências de embasamento adequadas não podem ser encontradas como se elas fossem verdade. (Ver *O Queijo e os Vermes*, por exemplo.) Prontidão para o raciocínio possibilista em história é para ser aplaudido, mas a apresentação de generalizações embasadas fracamente como se fossem embasadas adequadamente deve ser rejeitada. Prontidão para a possibilidade na história é especialmente importante quando é uma questão de testemunho (e uma questão de memória, uma vez que memória e testemunho são inseparavelmente conectados). De fato, um testemunho apresenta uma interpretação do passado *a partir de alguma perspectiva posterior* – afinal testemunho é "após o fato." Por si mesmo, o testemunho não estabelece probabilidade mas apenas possibilidade (pois um testemunho pode ser um mentira, um exercício de autoengano ou um erro de boa fé). Assim, "apenas uma testemunha"[29] não pode estabelecer a verdade da história, mas apenas uma possibilidade da verdade. Quando há mais do que uma testemunha e as testemunhas são independentes umas das outras, a força da possibilidade aumenta, mas o que se precisa além do testemunho é a evidência material provida

[26] Eco discute Holmes em Umberto Eco e Thomas A. Sebeok (eds.), *The Sign of Three: Dupin, Holmes, Peirce* (Bloomington: Indiana University Press, 1983), 215-220.
[27] Umberto Eco, *A Theory of Semiotics* (Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1978), 131seg.
[28] Umberto Eco, *Semiotics and the Philosophy of Language* (Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1984), 39seg.
[29] Carlo Ginzburg, "Just One Witness" em *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution",* ed. Saul Friedlander (Cambridge MA: Harvard University Press, 1992c). 82-96.

pelos vestígios. Notem que uma *ausência* de vestígios materiais pode, em casos extremos, constituir evidência material – por exemplo, quando as pessoas estiverem "desaparecidas".

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Peirce, *Science: A History of Science,* 2 Vols. (Berlin: Walter de Gruyter & Co.), vol. 2, 732-737.

Paul Thagard. *Computational Philosophy of Science* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988).
_____. *Conceptual Revolutions* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992).